

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CREDIPRODESP  
CNPJ: 67.915.868/0001-92  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>		<b>27.775.713,13</b>	<b>26.328.176,74</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>1.350,01</b>	<b>1.533,57</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>27.899.065,29</b>	<b>26.506.461,85</b>
Títulos e Valores Mobiliários	5	18.179.145,33	18.193.313,88
Relações Interfinanceiras	4.a	10.000,00	5.663,94
Centralização Financeira		10.000,00	5.663,94
Operações de Crédito	6	9.503.436,60	8.259.246,33
Outros Ativos Financeiros	7/13	206.483,36	48.237,70
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(224.639,31)</b>	<b>(212.964,69)</b>
(-) Operações de Crédito	6.e	(207.757,38)	(194.029,97)
(-) Outras	7.1	(16.881,93)	(18.934,72)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>8</b>	<b>15.593,30</b>	<b>16.963,43</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>9</b>	<b>8.949,22</b>	<b>6.581,84</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>10</b>	<b>132.473,85</b>	<b>78.682,92</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>11</b>	<b>39.357,65</b>	<b>36.455,65</b>
<b>(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES</b>	<b>10/11</b>	<b>(96.436,88)</b>	<b>(105.537,83)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>27.775.713,13</b>	<b>26.328.176,74</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>27.775.713,13</b>	<b>26.328.176,74</b>
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>12</b>	<b>1.017,54</b>	<b>3.071,35</b>
Outros Passivos Financeiros		1.017,54	3.071,35
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>14</b>	<b>261.322,07</b>	<b>327.286,11</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>15</b>	<b>1.307.746,40</b>	<b>1.187.572,33</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>26.205.627,12</b>	<b>24.810.246,95</b>
CAPITAL SOCIAL	16.a	24.868.623,17	23.603.316,15
RESERVAS DE SOBRAS	16.b	994.110,60	951.248,93
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	16.d	342.893,35	255.681,87
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>27.775.713,13</b>	<b>26.328.176,74</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CREDIPRODESP

CNPJ: 67.915.868/0001-92

## DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.774.256,64</b>	<b>3.500.852,64</b>	<b>3.526.399,38</b>
Operações de Crédito	17	1.017.940,58	2.023.930,19	1.689.174,88
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	18	756.316,06	1.476.922,45	1.837.224,50
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>19</b>	<b>(46.299,64)</b>	<b>(109.411,56)</b>	<b>(49.907,57)</b>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(46.299,64)	(109.411,56)	(49.907,57)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.727.957,00</b>	<b>3.391.441,08</b>	<b>3.476.491,81</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(407.774,46)</b>	<b>(1.260.410,14)</b>	<b>(895.601,52)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	20	64.111,53	128.741,35	112.144,01
Dispêndios e Despesas de Pessoal	21	(485.556,37)	(989.208,88)	(932.190,36)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(358.508,50)	(708.599,16)	(506.175,12)
Dispêndios e Despesas Tributárias	23	(3.223,95)	(9.442,33)	(11.333,69)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	24	512.283,51	520.738,91	489.259,58
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	25	(136.880,68)	(202.640,03)	(47.305,94)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>1.320.182,54</b>	<b>2.131.030,94</b>	<b>2.580.890,29</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>(1.109,40)</b>	<b>-</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.320.182,54</b>	<b>2.129.921,54</b>	<b>2.580.890,29</b>
<b>PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS</b>		<b>(25.197,06)</b>	<b>(25.197,06)</b>	<b>(26.022,41)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA</b>		<b>1.294.985,48</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.554.867,88</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>1.294.985,48</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.554.867,88</b>
<b>SOBRAS DO PERÍODO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA</b>		<b>1.294.985,48</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.554.867,88</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CREDIPRODESP**  
**CNPJ: 67.915.868/0001-92**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Em Reais

Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>1.320.182,54</b>	<b>2.129.921,54</b>	<b>2.580.890,29</b>
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	(450.039,64)	(450.039,64)	(460.200,06)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	-	(2.446,23)	(19.292,50)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	46.299,64	109.411,56	49.907,57
Atualização de Depósitos em Garantia	(56.857,06)	(56.857,06)	-
Depreciações e Amortizações	6.890,60	11.410,88	6.791,80
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>866.476,08</b>	<b>1.741.401,05</b>	<b>2.158.097,10</b>
<b>(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	470.580,88	490.109,20	857.085,50
Operações de Crédito	(1.031.289,55)	(1.342.374,31)	(2.141.608,78)
Outros Ativos Financeiros	(105.422,26)	(100.941,50)	15.326,21
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	4.610,67	1.370,13	(6.004,84)
Outros Ativos	10.613,79	(2.367,38)	(1.108,55)
<b>Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais</b>			
Outros Passivos Financeiros	(2.041,61)	(2.053,81)	369,61
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	242.851,49	(65.964,04)	54.020,05
Outros Passivos	(2.200.782,63)	(1.765.216,06)	(2.085.407,29)
FATES - Atos Cooperativos	(42.861,67)	(42.861,67)	(31.960,24)
Outras Destinações	-	-	(75.811,57)
Reversão/Realização de Fundos	184.085,28	184.085,28	25.657,14
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.603.179,53)</b>	<b>(904.813,11)</b>	<b>(1.231.345,66)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo	-	2.446,23	1.952,07
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	-	-	17.340,43
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	450.039,64	450.039,64	460.200,06
Aquisição de Intangível	(2.902,00)	(2.902,00)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17.500,00)	(74.302,76)	-
Aquisição de Investimentos	(470.580,88)	(490.109,20)	(857.085,50)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(40.943,24)</b>	<b>(114.828,09)</b>	<b>(377.592,94)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	3.182.543,96	6.241.973,09	6.812.112,13
Devolução de Capital aos Cooperados	(3.370.885,96)	(6.838.735,04)	(6.829.657,06)
Estorno de Capital	-	-	(701,79)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(4.782,57)	(1.518,35)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.611.169,67	1.611.169,67	1.894.149,89
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.422.827,67</b>	<b>1.009.625,15</b>	<b>1.874.384,82</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(221.295,10)</b>	<b>(10.016,05)</b>	<b>265.446,22</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	18.411.790,44	18.200.511,39	17.935.065,17
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4 18.190.495,34	18.190.495,34	18.200.511,39
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(221.295,10)</b>	<b>(10.016,05)</b>	<b>265.446,22</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CREDIPRODESP**  
**CNPJ: 67.915.868/0001-92**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>1.294.985,48</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.554.867,88</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		<b>1.294.985,48</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.554.867,88</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CREDIPRODESP  
CNPJ: 67.915.868/0001-92  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		<b>21.552.037,66</b>	<b>919.288,69</b>	<b>252.705,24</b>	<b>22.724.031,59</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>					
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	(75.811,57)	(75.811,57)
Distribuição de sobras para associados		175.375,32	0,00	(176.893,67)	(1.518,35)
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização		6.812.112,13	0,00	0,00	6.812.112,13
Por Devolução ( - )		(6.829.657,06)	0,00	0,00	(6.829.657,06)
Estorno de Capital		(701,79)	0,00	0,00	(701,79)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>25.657,14</b>	<b>25.657,14</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.554.867,88</b>	<b>2.554.867,88</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	(2.260.922,67)	(2.260.922,67)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.894.149,89	0,00	0,00	1.894.149,89
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					
Fundo de Reserva		0,00	31.960,24	(31.960,24)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	(31.960,24)	(31.960,24)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>23.603.316,15</b>	<b>951.248,93</b>	<b>255.681,87</b>	<b>24.810.246,95</b>
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>23.603.316,15</b>	<b>951.248,93</b>	<b>255.681,87</b>	<b>24.810.246,95</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>					
Distribuição de sobras para associados		250.899,30	0,00	-255.681,87	(4.782,57)
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização		6.241.973,09	0,00	0	6.241.973,09
Por Devolução ( - )		(6.838.735,04)	0,00	0	(6.838.735,04)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.085,28</b>	<b>184.085,28</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.104.724,48</b>	<b>2.104.724,48</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	-1.860.193,07	(1.860.193,07)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.611.169,67	0,00	0,00	1.611.169,67
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					
Fundo de Reserva		0,00	42.861,67	-42.861,67	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	-42.861,67	(42.861,67)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		<b>24.868.623,17</b>	<b>994.110,60</b>	<b>342.893,35</b>	<b>26.205.627,12</b>
<b>Saldos em 30/06/2024</b>		<b>23.445.795,50</b>	<b>951.248,93</b>	<b>809.739,00</b>	<b>25.206.783,43</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>					
Por Subscrição/Realização		3.182.543,96	0,00	0,00	3.182.543,96
Por Devolução ( - )		(3.370.885,96)	0,00	0,00	(3.370.885,96)
<b>Reversão/Realização de Fundos</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.085,28</b>	<b>184.085,28</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.294.985,48</b>	<b>1.294.985,48</b>
<b>Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:</b>					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	(1.860.193,07)	(1.860.193,07)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.611.169,67	0,00	0,00	1.611.169,67
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>					
Fundo de Reserva		0,00	42.861,67	(42.861,67)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	(42.861,67)	(42.861,67)
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		<b>24.868.623,17</b>	<b>994.110,60</b>	<b>342.893,35</b>	<b>26.205.627,12</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREDIPRODESP**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, doravante denominada CREDIPRODESP, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/05/1992, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

A CREDIPRODESP, sediado à RUA AGUEDA GONÇALVES, N° 240, JARDIM PEDRO GONÇALVES, TABOÃO DA SERRA - SP, não possui Postos de Atendimento (PAs).

A CREDIPRODESP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024,

Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação pelo Conselho de Administração, foi concedida em **28/03/2025**.

#### b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo SICOOB UNI, quando aplicável:

<b>Pronunciamentos CPC</b>	<b>Resolução CMN</b>
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

#### c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

## 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

**Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024:** Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

**Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024:** Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

#### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPJ”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, descrevendo a metodologia completa, evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

O Banco Central do Brasil reformulou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em conjunto com as novas resoluções. As mudanças incluem a reestruturação do elenco de contas, novas estruturas e limites de agregação.

A Resolução BCB nº 352/2023, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

**i) Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

**ii) Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

**iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433** atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos itens normativos das Resoluções citadas foram avaliados pela Instituição e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Diante da complexidade das Resoluções cujos efeitos estão em fase de implantação, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Instituição segmentou o projeto de implementação das novas normas em etapas (fases), a fim de possibilitar uma transição mais eficiente,

dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar pontos de assimetria com a normativa e política atual adotada pela Instituição, considerando os impactos devido as modificações necessárias no âmbito tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo de adoção (PMO) e determinação de prazos para adequação dos mesmos.

A implantação da nova normativa ocorreu nas seguintes etapas:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios do Sistema Cooperativo e características contratuais dos fluxos de caixa por consequência a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Mapeamento dos custos elegíveis para TJEO dos ativos financeiros, bem como a escolha de metodologia de cálculo. Realização de De-Para e criação de novo plano de contas COSIF.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Completo) - Conforme definição do Banco Central através Resolução CMN n.º 5.146/2024, os Sistemas Cooperativos organizados em dois ou três níveis, que tenham instituições enquadradas no segmento S3, devem adotar o modelo de impairment de ativos financeiros considerando o modelo completo aplicável para todas as instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5 (pertencentes ao sistema).
- **Etapa 03 (2024):** Sistemas – Redesenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência Resolução 4.966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 06, a instituição realizou, ao decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado através das simulações de perda esperada e ajuste de marcação da suspensão de juros das operações.

A partir de tais simulações efetuadas, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição de uma metodologia de estimação de perdas incorrida para perda esperada. Portanto, os valores de perda de crédito esperada para os instrumentos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de risco de crédito da Instituição

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas considerando definições dos modelos de negócios e Teste de SPPJ, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado do Bacen nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito o ajuste da posição de suspensão de juros ("stop accrual") realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

Acerca dos efeitos supramencionados, a Instituição, com base em suas melhores estimativas, apurou, **até a data de aprovação destas demonstrações financeiras**, um efeito decorrente do cálculo da perda esperada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, o montante aproximado de **156.807,25**, correspondente a 0,61% do patrimônio líquido, já considerados os efeitos fiscais. Os respectivos ajustes serão reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2025, no patrimônio líquido.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução 4.966/2021, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

#### **d) Títulos e Valores Mobiliários**

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

**i) Participações de Cooperativas:** registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

**ii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos:** os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

#### **e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### **f) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

#### **h) Investimentos**

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

#### **i) Imobilizado de Uso**

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.

## **j) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

## **k) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

## **l) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

## **m) Provisões**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

## **n) Tributos**

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede da Cooperativa que tenha prestado o serviço à não Associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

#### **o) Segregação em Circulante e Não Circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **p) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### **q) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

#### **r) Instrumentos Financeiros**

A CREDIPRODESP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### **s) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	1.350,01	1.533,57
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	10.000,00	5.663,94
Títulos e Valores Mobiliários	18.179.145,33	18.193.313,88
<b>TOTAL</b>	<b>18.190.495,34</b>	<b>18.200.511,39</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECRESP como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	4.610.090,58	4.119.981,38
Participação em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa de Crédito	9.941,10	9.941,10
Títulos de Renda Fixa (b)	1.628.459,74	3.394.741,50
Cotas de Fundos de Investimento	11.930.653,91	10.668.649,90
<b>TOTAL</b>	<b>18.179.145,33</b>	<b>18.193.313,88</b>

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP, contendo inclusive os rendimentos registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, conforme nota explicativa 18.

## 6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	3.176.748,32	5.908.302,89	<b>9.085.051,21</b>	2.505.507,92	5.297.799,71	<b>7.803.307,63</b>
Financiamentos	153.153,05	265.232,34	<b>418.385,39</b>	145.647,95	310.290,75	<b>455.938,70</b>
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>3.329.901,37</b>	<b>6.173.535,23</b>	<b>9.503.436,60</b>	<b>2.651.155,87</b>	<b>5.608.090,46</b>	<b>8.259.246,33</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(93.288,92)	(114.468,46)	<b>(207.757,38)</b>	(64.009,20)	(130.020,77)	<b>(194.029,97)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.236.612,45</b>	<b>6.059.066,77</b>	<b>9.295.679,22</b>	<b>2.587.146,67</b>	<b>5.478.069,69</b>	<b>8.065.216,36</b>

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	-	Normal	1.442.782,65	-	1.442.782,65		189.360,97	
A	0,5%	Normal	4.786.467,85	185.119,98	4.971.587,83	(24.857,85)	5.029.484,70	(25.147,44)
B	1%	Normal	1.198.871,14	101.354,06	1.300.225,20	(13.002,25)	1.257.309,83	(12.573,11)
B	1%	Vencidas	92.725,33	-	92.725,33	(927,24)	93.025,26	(930,25)
C	3%	Normal	945.898,77	79.322,33	1.025.221,10	(30.756,61)	1.113.897,88	(33.416,91)
C	3%	Vencidas	198.048,17	-	198.048,17	(5.941,45)	47.943,87	(1.438,32)
D	10%	Normal	125.657,83	-	125.657,83	(12.565,78)	353.048,72	(35.304,88)
D	10%	Vencidas	147.883,75	52.589,02	200.472,77	(20.047,28)	56.050,98	(5.605,10)
E	30%	Normal	20.195,58	-	20.195,58	(6.058,67)	20.954,90	(6.286,47)
E	30%	Vencidas	18.439,20	-	18.439,20	(5.531,75)	35.488,19	(10.646,46)
F	50%	Normal	412,92	-	412,92	(206,46)	-	-
F	50%	Vencidas	39.611,97	-	39.611,97	(19.805,99)	-	-
H	100%	Normal	11.960,24	-	11.960,24	(11.960,24)	-	-
H	100%	Vencidas	56.095,81	-	56.095,81	(56.095,81)	62.681,03	(62.681,03)
<b>Total Normal</b>			<b>8.532.246,98</b>	<b>365.796,37</b>	<b>8.898.043,35</b>	<b>(99.407,86)</b>	<b>7.964.057,00</b>	<b>(112.728,81)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>552.804,23</b>	<b>52.589,02</b>	<b>605.393,25</b>	<b>(108.349,52)</b>	<b>295.189,33</b>	<b>(81.301,16)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>9.085.051,21</b>	<b>418.385,39</b>	<b>9.503.436,60</b>	<b>(207.757,38)</b>	<b>8.259.246,33</b>	<b>(194.029,97)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(198.179,68)</b>	<b>(9.577,70)</b>	<b>(207.757,38)</b>		<b>(194.029,97)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>8.886.871,53</b>	<b>408.807,69</b>	<b>9.295.679,22</b>		<b>8.065.216,36</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

<b>Tipo</b>	<b>Até 90</b>	<b>De 91 a 360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	994.674,22	2.182.074,10	5.908.302,89	9.085.051,21	7.803.307,63
Financiamentos	41.830,72	111.322,33	265.232,34	418.385,39	455.938,70
<b>TOTAL</b>	<b>1.036.504,94</b>	<b>2.293.396,43</b>	<b>6.173.535,23</b>	<b>9.503.436,60</b>	<b>8.259.246,33</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

<b>Descrição</b>	<b>Empréstimos/TD</b>	<b>Financiamento</b>	<b>% da Carteira</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Pessoa Física	9.085.051,21	418.385,39	<b>100,00%</b>	9.503.436,60	8.259.246,33
<b>TOTAL</b>	<b>9.085.051,21</b>	<b>418.385,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.503.436,60</b>	<b>8.259.246,33</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(194.029,97)</b>	<b>(140.848,16)</b>
Constituições/ Reversões no período	(111.464,35)	(53.336,32)
Transferência para prejuízo no período	97.736,94	154,51
<b>Saldo Final</b>	<b>(207.757,38)</b>	<b>(194.029,97)</b>

f) Concentração dos principais devedores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>% Carteira Total</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>% Carteira Total</b>
Maior Devedor	181.116,21	1,91%	148.362,91	1,80%
10 Maiores Devedores	1.208.247,96	12,71%	1.202.711,65	14,56%
50 Maiores Devedores	3.869.813,08	40,72%	3.688.999,96	44,67%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>527.867,57</b>	<b>582.930,49</b>
Valor das operações recuperadas no período	(52.839,02)	(55.559,66)
Valor das operações transferidas no período	107.991,08	496,74
<b>Saldo Final</b>	<b>583.019,63</b>	<b>527.867,57</b>

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	3.534.554,86	1.907.530,70

## 7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Títulos e Créditos a Receber (a)	149.626,30	48.237,70
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	56.857,06	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>206.483,36</b>	<b>48.237,70</b>

(a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Títulos de crédito a receber com características de concessão de crédito	149.626,30	48.237,70
<b>TOTAL</b>	<b>149.626,30</b>	<b>48.237,70</b>

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais referentes a inadimplência de contrato de empréstimo. Conforme evidenciado na nota 13. Provisões.

### 7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(8.141,12)	(8.740,81)	(16.881,93)	(185,98)	(18.748,74)	(18.934,72)
<b>TOTAL</b>	<b>(8.141,12)</b>	<b>(8.740,81)</b>	<b>(16.881,93)</b>	<b>(185,98)</b>	<b>(18.748,74)</b>	<b>(18.934,72)</b>

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Outros Créditos	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
E	30%	Normal	21.422,57	21.422,57	(6.426,77)	25.920,67	(7.776,20)
F	50%	Vencidas	19.341,37	19.341,37	(10.455,16)	22.317,03	(11.158,52)
<b>Total Normal</b>			<b>21.422,57</b>	<b>21.422,57</b>	<b>(6.426,77)</b>	<b>25.920,67</b>	<b>(7.776,20)</b>
<b>Total Vencidos</b>			<b>19.341,37</b>	<b>19.341,37</b>	<b>(10.455,16)</b>	<b>22.317,03</b>	<b>(11.158,52)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>40.763,94</b>	<b>40.763,94</b>	<b>(16.881,93)</b>	<b>48.237,70</b>	<b>(18.934,72)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(16.881,93)</b>	<b>(16.881,93)</b>		<b>(18.934,72)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>24.666,48</b>	<b>24.666,48</b>		<b>29.302,98</b>	

## 8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
IRPJ não compensado no próprio exercício	2.833,77	4.685,10
CSLL não compensado no próprio exercício	2.125,39	3.553,54
Valores a restituir - PERDCOMP	480,90	480,90
Valores a restituir - PERDCOMP	10.153,24	8.243,89
<b>TOTAL</b>	<b>15.593,30</b>	<b>16.963,43</b>

## 9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	1.301,55	895,48
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (b)	2.902,60	2.924,30
Devedores Diversos – País (c)	4.745,07	2.762,06
<b>TOTAL</b>	<b>8.949,22</b>	<b>6.581,84</b>

(a) Em adiantamento e Antecipações Salariais está registrado o saldo de Adiantamento de Férias;

(b) Em Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta está registrado o saldo de Adiantamento de Seguro de Responsabilidade Civil D&O;

(c) Em Devedores Diversos estão registrados os valores de Pendências a Regularizar no total de R\$ 167,88 (R\$ 1.655,58 em 2023) e Valores a Receber, referentes a Seguro de Vida em grupo, no montante de R\$ 4.325,03 (R\$ 1.106,48 em 2022), e Outros Devedores Diversos, referentes a valores de seguro de vida em grupo de associada excluída do grupo no montante de R\$ 252,16.

## 10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Instalações	10%	29.980,00	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	46.311,37	19.512,64
Sistema de Processamento de Dados	20%	53.684,48	56.672,28
Sistema de Segurança	10%	2.498,00	2.498,00
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>132.473,85</b>	<b>78.682,92</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.505,17)	-
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(58.309,99)	(69.082,18)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(59.815,16)</b>	<b>(69.082,18)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>72.658,69</b>	<b>9.600,74</b>

## 11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas De Processamento De Dados	20%	39.357,65	36.455,65
<b>Intangível</b>		<b>39.357,65</b>	<b>36.455,65</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(36.621,72)	(36.455,65)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>		<b>(36.621,72)</b>	<b>(36.455,65)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.735,93</b>	<b>-</b>

## 12. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão compostos por valores de Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados que registram o montante de R\$ 1.017,54 (R\$ 3.071,35 em 2023) em Operações de Crédito – IOF.

## 13. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

### (a) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	-	56.857,06	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>56.857,06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 14. Obrigações Fiscais Correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais Correntes estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	128,48	133,97
Impostos e Contribuições sobre Salários	24.197,94	24.848,26
ISSQN a recolher	213,30	184,46
PIS faturamento a recolher	-	59,95
COFINS a recolher	-	368,93
IRRF sobre juros ao capital	236.782,35	301.690,54
<b>TOTAL</b>	<b>261.322,07</b>	<b>327.286,11</b>

#### 15. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	769.588,09	1.043.987,16
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	120.822,83	57.463,19
Credores Diversos – País (c)	417.335,48	86.121,98
<b>TOTAL</b>	<b>1.307.746,40</b>	<b>1.187.572,33</b>

a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Provisão para Participações nos Resultados (i)	25.197,06	29.053,14
Cotas de Capital a Pagar (ii)	473.367,44	602.686,82
Fundos Voluntários (iii)	36.221,57	68.016,57
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (iv)	234.802,02	344.230,63
<b>TOTAL</b>	<b>769.588,09</b>	<b>1.043.987,16</b>

(i) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social e falecidos;

(iii) Refere-se a Fundo de Tecnologia constituído no exercício de 2023 em Assembleia Geral Ordinária para os projetos: renovação do Site Crediprodesp, sistema de autoatendimento do cooperado e serviços de assinatura digital;

(iv) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Despesas de Pessoal (Provisão de férias, INSS, FGTS e PIS)	48.741,90	38.607,42
Seguro Prestamista	47.616,30	-
Seguro	-	282,78
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	24.464,63	18.572,99
<b>TOTAL</b>	<b>120.822,83</b>	<b>57.463,19</b>

c) Saldo em Credores Diversos - País no montante de R\$ 417.335,48 e R\$ 86.121,98, nos exercícios de 2024 e 2023, respectivamente. A principal variação deste grupo está conta de Pagamentos a Processar, relacionado ao registro do repasse da folha da Prodesp que passou a ser recebido ao final de cada mês.

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	24.868.623,17	23.603.316,15
Quantidade de Cooperados	1.150	1.163

## b) Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	2024	2023
Saldo Inicial do Fundo de Reserva	951.248,93	919.288,69
Destinação Reserva legal sobre Sobras Líquidas – 10%	42.861,67	31.960,24
<b>Saldo do Fundo de Reserva ao final do exercício</b>	<b>994.110,60</b>	<b>951.248,93</b>

## c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2024** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2023**, sendo 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 255.681,87.

## d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Sobras/Perdas do exercício</b>	<b>244.531,41</b>	<b>293.945,21</b>
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	184.085,28	25.657,14
<b>Base de cálculo das destinações</b>	<b>428.616,69</b>	<b>319.602,35</b>
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(42.861,67)	(31.960,24)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(42.861,67)	(31.960,24)
<b>Sobras/Perdas à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>342.893,35</b>	<b>255.681,87</b>

Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

## e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 75% da taxa Selic para o exercício de 2024, no montante de R\$ (1.860.193,07) e 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ (2.260.922,67). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

## 17. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas De Empréstimos	942.145,68	1.882.289,10	1.517.855,22
Rendas De Financiamentos	32.844,85	65.872,62	80.205,29
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	42.950,05	75.768,47	91.114,37
<b>TOTAL</b>	<b>1.017.940,58</b>	<b>2.023.930,19</b>	<b>1.689.174,88</b>

## 18. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	98.575,18	214.918,44	531.832,12
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	657.740,88	1.262.004,01	1.305.392,38
<b>TOTAL</b>	<b>756.316,06</b>	<b>1.476.922,45</b>	<b>1.837.224,50</b>

## 19. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Contemplam os valores de Provisões e Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
<b>Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>(46.299,64)</b>	<b>(109.411,56)</b>	<b>(49.907,57)</b>
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	58.548,41	113.706,68	114.655,61
Reversões de Provisões para Outros Créditos	709,31	9.601,39	22.242,59
Provisões para Operações de Crédito	(105.557,36)	(225.618,13)	(167.991,93)
Provisões para Outros Créditos	-	(7.101,50)	(18.813,84)
<b>TOTAL</b>	<b>(46.299,64)</b>	<b>(109.411,56)</b>	<b>(49.907,57)</b>

## 20. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Comissão	64.111,53	128.741,35	112.143,77
Rendas de Outros Serviços	-	-	0,24
<b>TOTAL</b>	<b>64.111,53</b>	<b>128.741,35</b>	<b>112.144,01</b>

## 21. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(12.708,00)	(25.416,00)	(23.652,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(82.144,56)	(163.651,10)	(155.834,73)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(126.388,51)	(254.205,44)	(214.528,21)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(75.993,85)	(163.785,55)	(159.272,88)
Despesas de Pessoal - Proventos	(188.321,45)	(382.150,79)	(378.902,54)
<b>TOTAL</b>	<b>(485.556,37)</b>	<b>(989.208,88)</b>	<b>(932.190,36)</b>

## 22. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Comunicações	(8.180,92)	(16.592,14)	(20.159,09)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-	(210,24)	(150,00)
Despesas de Material	(1.438,77)	(2.642,51)	(1.852,69)
Despesas de Processamento de Dados	(7.767,44)	(17.449,34)	(9.074,46)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(43.987,20)	(54.616,42)	(39.351,84)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(7.712,06)	(12.291,06)	-
Despesas de Seguros	(1.565,83)	(3.160,93)	(3.569,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(6.755,12)	(17.191,53)	(11.845,94)
Despesas de Serviços de Terceiros	(7.218,65)	(39.190,70)	(5.581,61)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(76.852,25)	(123.325,00)	(59.333,92)
Despesas de Transporte	-	-	(40,39)
Despesas de Viagem no País	(1.695,22)	(2.970,30)	-
Despesas de Depreciação/Amortização	(6.890,60)	(11.410,88)	(6.791,80)
Outras Despesas Administrativas (a)	(188.444,44)	(407.548,11)	(348.423,77)
<b>TOTAL</b>	<b>(358.508,50)</b>	<b>(708.599,16)</b>	<b>(506.175,12)</b>

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição sindical patronal	(1.802,21)	(3.921,18)	(3.600,00)
Taxas da junta comercial	(752,44)	(752,44)	(865,76)
Impostos e taxas	(262,62)	(262,62)	(251,29)
Sistema cooperativista	-	(24.174,48)	(20.528,32)
Mensalidades diversas	(23.775,80)	(47.075,90)	(46.600,20)
Rateio de despesas da Central	(115.120,73)	(229.838,26)	(178.172,95)
Ações judiciais	-	-	(1.816,69)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(46.494,05)	(101.089,46)	(96.588,56)
Outras despesas administrativas	(236,59)	(433,77)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(188.444,44)</b>	<b>(407.548,11)</b>	<b>(348.423,77)</b>

### 23. Dispendios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(1.282,16)	(2.574,73)	(2.335,70)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	(2.585,20)	(4.485,74)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(1.941,79)	(4.282,40)	(4.512,25)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.223,95)</b>	<b>(9.442,33)</b>	<b>(11.333,69)</b>

### 24. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	568,61	568,61	1.860,91
Dividendos	-	2.446,23	1.952,07
Distribuição de sobras da central	-	-	17.340,43
Atualização depósitos judiciais	56.857,06	56.857,06	-
Outras rendas operacionais	4.818,20	10.827,37	7.906,11
Juros ao Capital Recebidos da Central	450.039,64	450.039,64	460.200,06
<b>TOTAL</b>	<b>512.283,51</b>	<b>520.738,91</b>	<b>489.259,58</b>

## 25. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Outras Despesas Operacionais	(24.688,05)	(50.349,75)	(21.648,80)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(112.192,63)	(152.290,28)	(25.657,14)
<b>TOTAL</b>	<b>(136.880,68)</b>	<b>(202.640,03)</b>	<b>(47.305,94)</b>

## 26. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
(-) Prejuizos em Transações com Valores e Bens	-	(1.109,40)	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>(1.109,40)</b>	<b>-</b>

## 27. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

## 28. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

### 28.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do

Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

<b>Natureza da Operação</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Operações Ativas</b>		
Operação de crédito	238.430,91	341.270,04
PCLD - Provisão de crédito	1.158,85	13.378,76
Taxa média	2,47%	2,76%
Prazo médio	60,87	104,53
<b>Operações Passivas</b>		
<b>Garantias prestadas</b>	-	173.870,00
<b>Capital social</b>	116.729,28	189.035,03
<b>Remuneração</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(163.651,10)	(155.834,73)

## 28.2 Cooperativa Central

A CREDIPRODESP, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A CREDIPRODESP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICCOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Operações Ativas</b>		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	10.000,00	5.663,94
Ativo - Participações de Cooperativas	4.610.090,58	4.119.981,38
Ativo – Título de Renda Fixa (TVM)	1.628.459,74	3.394.741,50
<b>Total de Operações Ativas</b>	<b>6.248.550,32</b>	<b>7.520.386,82</b>
<b>Operações Passivas</b>		
<b>Receitas</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Despesas</b>		
Rateio de Despesas da Central	(229.838,26)	(178.172,95)
<b>Total das Despesas</b>	<b>(229.838,26)</b>	<b>(178.172,95)</b>

## 29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	22.036.322,69	21.101.615,94
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	21.864.331,11	20.093.575,03
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	100,78%	105,02%
Imobilizado para cálculo do limite	72.658,69	9.600,74
Índice de imobilização (limite 50%) %	0,33%	0,05%

### 30. Benefícios a Empregados

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Assistência médica	(70.493,24)	(134.482,37)	(116.126,70)
Alimentação do trabalhador	(42.243,58)	(85.513,02)	(80.443,42)
Vale transporte	(3.495,36)	(6.038,55)	(3.571,76)
Seguro	(3.659,22)	(4.713,44)	(6.599,81)
Auxílio educação	(6.497,11)	(13.303,05)	(7.786,52)
Outras Despesas de Pessoal Benefícios (Auxílio Doença)	0,00	(10.155,01)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>(126.388,51)</b>	<b>(254.205,44)</b>	<b>(214.528,21)</b>

### 31. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

#### 31.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de

Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **31.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **31.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta$ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

#### **31.4 Risco de Liquidez**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

### **31.5 Riscos Social, Ambiental e Climático**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

### **31.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

### **31.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### **31.8 Risco Cibernético**

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

**TABOÃO DA SERRA-SP**

**YGOR MORAES LACHI  
DIRETOR PRESIDENTE**

**ROBERTA CAPOTE COSTA  
DIRETORA ADMINISTRATIVO**

**FERNANDO GUGLIEMELLI DA SILVA  
CONTADOR 1SP251999/O-4**

## Relatório da Administração 31 de dezembro de 2024

### COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 da cooperativa financeira CREDIPRODESP.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

#### 1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

#### 2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

#### 3. Nossa cooperativa

O CREDIPRODESP é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

#### 4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,02% nos níveis de "AA" a "C".

## **5. Governança Corporativa**

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **6. Sistema de Ouvidoria**

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2024, o CREDIPRODESP registrou o total de 01 (uma) reclamação.

A reclamação, foi de pedido de esclarecimento de dúvidas e solicitação de providência relacionada a desligamento e devolução de valor do saldo da conta capital, e foi solucionada dentro do prazo regulamentar, conforme legislação vigente.

Não houve manifestação sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa.

## 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

## 8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024.

Unidade de Apresentação: reais

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	-17,62%	1.294.985,48	2.104.724,48	2.554.867,88

Número de cooperados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	-1,12%	1.150	1.163

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Comercial	15,06%	9.503.436,60	8.259.246,33
Total	15,06%	9.503.436,60	8.259.246,33

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 21,38% da carteira, no montante de R\$ 2.031.358,30.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência (PR)	4,24%	22.036.322,69	21.101.615,94

## 9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

**Conselho de Administração e Diretoria.**

**TABOÃO DA SERRA-SP, 31 de dezembro de 2024.**